

## Mutirão em São Mateus termina com 76,65% de acordos

Foi realizado entre os dias 16 e 18 de setembro de 2013, na Subseção Judiciária de São Mateus, mutirão de conciliação em processos relativos a aposentadorias rurais do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Nas 167 audiências realizadas foram atendidas 501 pessoas e homologados 128 acordos, num total de 76,65%.

Na avaliação da coordenadora do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Cescon), da Seção Judiciária do Espírito Santo, que

atua ainda como juíza convocada no Núcleo Permanente de Solução de Conflitos (NPSC) do

Tribunal Regional Federal da 2ª Região, juíza federal Cristiane Conde Chmatalik, mostrou-se fundamental a atuação da Procuradoria Federal e seu envolvimento no mutirão. “Contamos com a experiência e a sensibilidade dos procuradores envolvidos e conseguimos chegar a um patamar elevadíssimo de acordos”, ressaltou.

A opinião da magistrada foi corroborada pela do procurador federal José Aparecido Buffon, que avaliou como “excelente” o mutirão, “fruto do trabalho conjunto da Justiça Federal e da Procuradoria Federal/ES e do INSS/ES, buscando com isto colaborar para a celeridade dos processos judiciais, anseio de nossa sociedade. Este é o Judiciário que todos nós que fazemos parte da atividade jurídica deste país temos o dever de ajudar a construir, o que só será possível se houver um trabalho independente, mas integrado entre as instituições”, destacou.



### Envolvimento

Cristiane Chmatalik (**foto ao lado**) lembrou das diversas pessoas envolvidas na organização do evento, uma parceria entre Tribunal Regional Federal da 2ª Região, através do NPSC, Seção Judiciária do Espírito Santo, através do Cescon, Procuradoria Federal/ES e INSS/ES. “Esse mutirão de audiências para conciliação foi muito bem organizado pelos servidores de São Mateus e por seus juízes que nos forneceram um local agradável para a realização dos trabalhos. Além disso,

houve grande adesão dos envolvidos, os autores e seus advogados, que lá compareceram com suas testemunhas e saíram com ótimas propostas de acordo, com descontos entre 5 e 20%, em relação aos atrasados a serem recebidos, dependendo da situação fática constatada”, concluiu.

*Atuaram no mutirão:*

**Juizes federais:** Boaventura João Andrade, Cristiane Conde Chmatalik, Paulo Gonçalves de Oliveira Filho, Gustavo Moulin Ribeiro, Nivaldo Luiz Dias, Guilherme Alves dos Santos, Marianna Carvalho Bellotti.



Juiz federal Paulo Gonçalves observa assinatura de mais um acordo

**Procuradores federais:** José Aparecido Buffon, Marcos Antonio Borges Barbosa, Rodrigo Costa Buarque, Thiago de Almeida Raupp, Henrique Bicalho Civinelli de Almeida e Pedro de Jônatas de Sá Silveira, além dos procuradores das chefias que deram apoio ao trabalho, Rosemberg Antonio da Silva e Vilmar Lobo Abdalah Junior. “E um especial agradecimento à servidora Christina Liz da Rocha Silva, que colaborou com as questões técnicas do sistema”.

**Servidores e estagiários da Justiça Federal:** Maristher de Souza Lima Siqueira e Vera Lúcia Freitas Nogueira Sansoni, pelo Cescon; Kiscyla Carvalho Vanini Ferraz, Ana Carolina Vinhal Reis, Elba da Silva Barbosa, Eliany Frederico Souza, Ana Lúcia Bonatto de Oliveira, Camilo Maia Moraes, Allice Ferreira de Oliveira, Sidney Viégas da Silva, Patrícia de Rossi e Fernando Castro Viacava, Moisés Gagno Campagnaro e Letícia de Angeli Rodrigues, estes dois últimos estagiários, pela Vara Federal de São Mateus.



*Juiz federal Boaventura João Andrade e o procurador federal José Aparecido Buffon*



*Juiz federal Gustavo Moulin e a servidora Patrícia Rossi*

## **Próximos mutirões**

Até o final deste ano, serão realizados mais cinco mutirões. Entre os dias 3 e 4 de outubro, na Subseção Judiciária de Cachoeiro de Itapemirim; entre os dias 9 e 10 de outubro, na Subseção Judiciária de Colatina, ambos envolvendo processos previdenciários sobre aposentadoria rural; no dia 25 de outubro, em Vitória, com processos da Caixa Econômica Federal sobre FGTS; na última semana de novembro, também em Vitória, sobre FIES; e na Semana Nacional de Conciliação, entre os dias 2 e 6 de dezembro.

## **Prazos do INSS em São Mateus ficaram suspensos para mutirão**

Durante a realização do mutirão de conciliação de processos com pedido de aposentadoria rural, de 16 a 18 de setembro, na sede da Subseção Judiciária de São Mateus, os prazos processuais dos feitos judiciais em que figura como parte o INSS ficaram suspensos.

A determinação consta da Portaria TRF2-PTP-2013/00629, de 13 de setembro de 2013, do presidente do TRF da 2ª Região, desembargador federal Sergio Schwaitzer, disponibilizada no Diário Eletrônico da Justiça Federal da 2ª Região no dia 17 de setembro.

Veja abaixo a portaria:

### **PORTARIA TRF2-PTP-2013/00629 de 13 de setembro de 2013**

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO, no uso de suas atribuições e considerando o que consta no JFES-OFI-2013/02519 e no TRF2-DES-2013/13369, RESOLVE:

SUSPENDER os prazos processuais dos feitos judiciais em que figura como parte o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, nos dias 16, 17 e 18 de setembro de 2013, na Subseção Judiciária de São Mateus/ES, tendo em vista a realização de mutirão de conciliação de processos com pedido de aposentadoria rural.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

SERGIO SCHWAITZER

# Thomas Bustamante encerra 3º Seminário da Justiça Federal “Filosofia & Direito”, em Vitória

Com a palestra “A Argumentação por precedentes e a Relação entre Direito e Razão”, proferida pelo professor doutor Thomas Bustamante (UFMG), a Justiça Federal do Espírito Santo (JFES) encerrou nesta sexta-feira, 20, em Vitória, o 3º Seminário Filosofia & Direito. O terceiro e último dia do seminário também contou com a palestra do juiz federal Ricarlos Almagro Vitoriano Cunha, organizador do evento, sobre a “Ética nas Decisões Judiciais”.

Aberto no dia 13, pelo ministro Ricardo Lewandowski, vice-presidente do Supremo Tribunal Federal, o seminário este ano recebeu cerca de 200 pessoas, entre estudantes, advogados, empresários, profissionais liberais, servidores, representantes de associações, magistrados e outras autoridades do meio jurídico.

No dia 16, participaram como palestrantes o professor doutor Álvaro Ricardo de Souza Cruz e o desembargador federal André Fontes, do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2).

Como ocorre desde a primeira edição do seminário, em 2010, foi pedido como entrada no evento um quilo de alimento não perecível, a ser doado para instituição filantrópica.



## Abertura do seminário foi feita pelo vice-presidente do STF e do CNJ, ministro Ricardo Lewandowski

A abertura do 3º Seminário Filosofia & Direito foi realizada pelo vice-presidente do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça, ministro Ricardo Lewandowski, na tarde do dia 16/9. Em seguida, o ministro participou de reunião com o governador do Espírito Santo, Renato Casagrande, e com os juízes federais e representantes da magistratura estadual, trabalhista e eleitoral capixabas, na sede da Justiça Federal, em Vitória. Nas fotos, o ministro acompanhado dos juízes federais e entre o diretor do foro da Justiça Federal do Espírito Santo, juiz federal Fernando Cesar Baptista de Mattos, e o governador do Espírito Santo, Renato Casagrande.



# Boaventura João Andrade e Pablo Coelho Charles Gomes designados para a TNU



Boaventura João Andrade

Os juízes federais Boaventura João Andrade e Pablo Coelho Charles Gomes, respectivamente presidente e 2º relator da 1ª Turma Recursal do Espírito Santo, passarão a integrar a Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais (TNU). Os magistrados foram designados membros do colegiado para o biênio 2013/2015 por meio das Portarias 332, 333 e 334, todas de 11 de setembro de 2013 e assinadas pelo presidente do Conselho da Justiça Federal (CJF) e do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro Felix Fischer.

Conforme a Portaria 333, Boaventura João Andrade irá compor a Turma Nacional de Uniformização como membro efetivo no lugar de Rogério Moreira Alves. Já Pablo Coelho foi designado como membro suplente para substituir o juiz federal Américo Bedê Freire Júnior.



Pablo Coelho Charles Gomes

Os novos representantes da Justiça Federal capixaba na TNU entraram para a história da JFES como os primeiros membros efetivos da 1ª Turma Recursal do ES, instalada em agosto de 2012, dentro do modelo instituído pela Lei nº 12.665, de junho de 2012, que criou estrutura permanente para as turmas recursais federais.

## “Regime diferenciado de contratos administrativos” é tema de fórum da Emarf no dia 4 de outubro

A Escola da Magistratura Regional Federal da 2ª Região (Emarf) promove no dia 4 de outubro, das 9 às 13 horas, no auditório do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2), Rio de Janeiro, o fórum: “Regime diferenciado de contratos administrativos. Exame da Lei Nº 12.462/11”.

O evento é uma iniciativa da Comissão de Direito Administrativo e Ambiental da Emarf e será transmitido em tempo real, por videoconferência, para o auditório da Justiça Federal do Espírito Santo, em Vitória, com participação aberta ao público.

As inscrições para o público externo, servidores do TRF e das Seções Judiciárias do Rio de Janeiro e do Espírito Santo são feitas on line pelo site da Emarf no link <http://www2.trf2.gov.br/pecae/>,

Inscrições para os Magistrados Federais da 2ª Região através do módulo do CAE no link <http://www2.trf2.gov.br/cae/>

## CCJF/Vitória e JFES convidam para nova exposição



O Núcleo Regional do Centro Cultural Justiça Federal, em Vitória e a Justiça Federal do Espírito Santo convidam para exposição “Aquarelas”, da artista plástica Nona Rostagno, até 31 de outubro, no foyer do auditório da sede da JFES (Av. Beira-Mar).

Mais informações: (27) 3183-5189.

# JFES PROMOVE MOBILIZAÇÃO DE ADVOGADOS EM SÃO MATEUS PARA USO DO PETICIONAMENTO ELETRÔNICO

A Justiça Federal promoverá em São Mateus, no dia **25 de setembro**, uma mobilização de advogados em prol do cadastramento e do petição eletrônico, a exemplo das que já ocorreram em Vitória, Linhares, Cachoeiro de Itapemirim e Colatina.

Das **10 às 17 horas**, haverá servidores de plantão na vara federal do município (Av. Coronel Constantino Cunha, 1334, Bairro de Fátima), para cadastrar advogados e tirar dúvidas sobre o petição com uso das ferramentas digitais.

Estão convidados todos os advogados que atuam nos municípios abrangidos pela Subseção Judiciária mateense: São Mateus, Jaguaré, Conceição da Barra, Nova Venécia, Vila Pavão, Boa Esperança, Pinheiros, Pedro Canário, Montanha, Ponto Belo e Mucurici.

A iniciativa é fruto de uma parceria entre as áreas Judiciária e Administrativa da Justiça Federal, sob a coordenação do Núcleo de Comunicação Social e Relações Públicas (NCS). O evento conta com o empenho de servidores das varas federais e da Seção de Atendimento ao Usuário (Sesau/NTI).

Além do atendimento individual, são distribuídas cartilhas de orientação aos advogados, que também podem ser consultadas pelo [www.jfes.jus.br](http://www.jfes.jus.br).

O uso do petição eletrônico traz inúmeras vantagens: é grátis, fácil, rápido, não precisa ter certificação digital, evita o trânsito e permite o envio das petições a qualquer hora e de qualquer lugar, via internet.

## 100% Digital

A Subseção Judiciária de São Mateus atua com processo eletrônico desde meados de 2010 e é a primeira Subseção do interior a se tornar 100% digital. A equipe da digitalização da Justiça Federal virtualiza nesta semana os últimos processos físicos da Vara Federal mateense.

A digitalização é feita por estagiários da Escola Estadual Maria Ortiz, sob a coordenação do Núcleo de Distribuição (NDI).

MOBILIZAÇÃO PELO CADASTRAMENTO E PETICIONAMENTO ELETRÔNICOS

Senhores advogados,

A Justiça Federal está de portas abertas para atendê-los e tirar suas dúvidas sobre o petição e o processo eletrônicos.

**Dia 25/09/13 (quarta-feira)  
Das 10 às 17 horas  
Na Subseção Judiciária de São Mateus**

AINDA NÃO SE CADASTROU?  
Veja algumas vantagens:

**É GRÁTIS! É FÁCIL!  
É RÁPIDO!**

NÃO PRECISA TER CERTIFICAÇÃO DIGITAL.  
EVITE O TRÂNSITO.  
ENVIE SUAS PETIÇÕES DE QUALQUER LUGAR COM ACESSO À INTERNET

JUSTIÇA FEDERAL  
Subseção Judiciária do Espírito Santo

NCS

AB  
ESPIRITO SANTO

## TCU aprova contas do TRF2 e Seções Judiciárias do RJ e do ES

A Secretaria de Controle Interno do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2) divulgou hoje que a 2ª Câmara do Tribunal de Contas da União julgou as contas desse Tribunal e respectivas Seções Judiciárias (RJ e ES), do exercício de 2011, “regulares sem ressalvas” (TC-041.511/2012-3), dando-lhes quitação plena.

# Juízes federais participarão de seminário sobre a erradicação do trabalho escravo no Brasil\*

Cerca de 120 pessoas, entre juízes das varas criminais federais, procuradores do Trabalho, delegados da Polícia Federal e professores de Direito participarão do Seminário sobre a Erradicação do Trabalho Escravo no Brasil. O evento – que acontecerá, no dia 27/9, na Seção Judiciária do Pará, em Belém – é uma iniciativa do Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal (CJE/CJF) em parceria com a Comissão Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo, vinculada à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR). Seu objetivo é sensibilizar magistrados federais e demais operadores do Direito para a realidade do trabalho escravo e a necessidade de que as ações sejam suficientemente instrumentalizadas para gerar consequências.

O seminário pretende dar efetividade ao acordo de cooperação firmado entre o CJF e a SDH em maio deste ano. A ação encontra-se respaldada no Plano Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo, lançado pela Presidência da República em 11 de março de 2003. O Plano Nacional contém 76 ações, cuja responsabilidade de execução é compartilhada por órgãos do Executivo, Legislativo, Judiciário, Ministério Público, entidades da sociedade civil e organismos internacionais. Parte da premissa de que o combate às formas degradantes de trabalho, bem como ao próprio trabalho escravo, por serem formas de exploração muito assemelhadas, demanda a conjugação de esforços de todos os atores sociais engajados direta ou indiretamente na defesa e promoção da dignidade da pessoa humana, especialmente do trabalhador.

A abertura do encontro ficará a cargo do corregedor-geral da Justiça Federal e diretor (CEJ/CJF), ministro Arnaldo Esteves Lima. Já a coordenação científica do evento está sob a responsabilidade do juiz federal Carlos Henrique Borlido Haddad. A primeira palestra será proferida pelo professor do Departamento de Jornalismo da PUC-SP e coordenador geral da ONG Repórter Brasil, Leonardo Moretti Sakamoto, sobre a Contextualização Histórica do Trabalho Escravo no Brasil contemporâneo. O encontro segue no período da manhã, com a palestra Ação governamental no combate ao Trabalho Escravo Contemporâneo, proferida pelo coordenador-geral da Comissão Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo da SDH, José Guerra.

No período da tarde, as conferências terão como temas a Escravidão Contemporânea: abordagem conceitual e repercussão penal do trabalho degradante e da jornada exaustiva, ministrada pela subprocuradora-geral da República, Raquel Elias Ferreira Dodge; a Atuação da Justiça do Trabalho no combate ao trabalho escravo, proferida pelo juiz do Trabalho Marcus Menezes Barberino; O Trabalho Escravo. Conceito, ministrada pelo desembargador federal aposentado Fernando da Costa Tourinho Neto e, por fim, a palestra Trabalho Escravo: condições degradantes e supressão da liberdade, proferida pelo coordenador científico do evento, juiz federal Carlos Henrique Borlido Haddad.

## **Parcerias**

A existência de trabalho escravo é verificada em todos os continentes, embora poucos países assumam tal fato. O Brasil, porém, tornou-se referência no combate ao trabalho escravo por ter assumido a existência do problema em seu território e instituído políticas públicas voltadas ao combate a essa violação de Direitos Humanos. Uma importante medida adotada foi a criação dos grupos especiais de fiscalização móvel (GEFM), formados por auditores fiscais do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego e procuradores do Trabalho, que contam com o apoio das polícias Federal e Rodoviária Federal. Como resultado das ações desses grupos, um maior número de ações chega à Justiça Federal.

A Conatrae é composta por diversos ministérios e organizações privadas como a Associações dos Procuradores do Trabalho, dos Juízes Federais e dos Juízes do Trabalho. Dessa forma, a SDH tem firmado acordos de cooperação com diversas instituições, uma delas o CJF. Diante disso, o corregedor-geral da Justiça Federal sugeriu às escolas de magistratura federal que incluam na programação dos cursos de formação inicial de magistrados a realização de oficinas sobre trabalho escravo. Com tais oficinas, pretende-se, em um primeiro momento, sensibilizar os magistrados e demais operadores do Direito para a realidade do trabalho escravo e a necessidade de que as ações sejam suficientemente instrumentalizadas pra gerar os efeitos desejados.

## **Inscrições e certificado**

Os interessados em participar poderão se inscrever pelo portal do CJF ([www.cjf.jus.br](http://www.cjf.jus.br)), até o dia 23/9.

*\*Assessoria de Comunicação Social do CJF*

## **CNJ: concluída proposta de recomendação sobre investigação de denúncias de tortura. Conselheiro Guilherme Calmon deve levar a proposta ao plenário ainda em setembro\***

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) concluiu minuta de Recomendação com orientações aos tribunais sobre procedimentos para apuração de denúncias de tortura nos sistemas carcerários e socioeducativo. O texto recomenda aos magistrados a observância de normas e regras do chamado Protocolo de Istambul, das Nações Unidas, e do Protocolo Brasileiro de Perícia Forense no Crime de Tortura, criado em 2003 pelo governo brasileiro. O desembargador federal do TRF2 e conselheiro Guilherme Calmon, supervisor do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas (DMF), do CNJ, pretende levar a proposta ao Plenário ainda neste mês.

Pela minuta, sempre que chegarem aos magistrados notícias ou suspeitas da prática de tortura, eles devem perguntar ao médico-legista ou a outro perito criminal se há as seguintes evidências: achados médico-legais que caracterizem a prática de tortura física; indícios clínicos que caracterizem a prática de tortura psíquica; achados médico-legais que caracterizem a execução sumária ou evidências médico-legais que sejam características, indicadoras ou sugestivas da ocorrência de tortura.

A minuta propõe ainda que os magistrados atentem para a necessidade de constar dos autos do inquérito policial ou do processo judicial, sempre que possível, outros elementos de prova relevantes para a apuração dos fatos, como, por exemplo, fotografias e filmagens do agredido, além da aposição das digitais no exame de corpo de delito. Outro procedimento relevante, segundo a proposta, é a requisição de apresentação da vítima perante o juiz plantonista ou responsável por receber, eventualmente, a denúncia.

Segundo parecer elaborado pelo DMF, anexado à minuta de recomendação, um dos maiores entraves à apuração da tortura é a produção da prova material, já que o crime geralmente acontece em ambientes fechados, longe dos olhos de testemunhas, e a vítima teme testemunhar diante da possibilidade de retaliação. Quando o texto da minuta recomenda a aposição das digitais, por exemplo, é para coibir os casos em que, em vez da vítima, outro detento seja submetido ao exame de corpo de delito.

Ainda segundo o parecer, o DMF recebe uma média mensal de 245 reclamações e denúncias relacionadas ao sistema carcerário e ao sistema socioeducativo. Desse total, de 10% a 15% se referem à ocorrência de delitos de tortura ou maus-tratos a pessoas privadas de liberdade, sob as mais variadas formas (agressões físicas por parte dos agentes penitenciários ou de socioeducação; brigas, às vezes com mortes; falta de assistência à saúde; alimentação insuficiente ou de má qualidade, entre outros). Diante de cada denúncia, o DMF adota um procedimento específico, com solicitação de informações ou a instauração de procedimentos em nível local pelas autoridades judiciárias competentes.

*\*Com informações da Agência CNJ de Notícias*

## **Seminário discutirá aplicação do direito do consumidor aos serviços públicos\***

De 25 a 27 de setembro, o Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal (CEJ/CJF) realiza o seminário Agências Reguladoras, Serviços Públicos e Direito do Consumidor, no auditório do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, no Rio de Janeiro. O evento é promovido em parceria com a Escola da Magistratura Regional Federal 2ª Região (EMARF). A programação inclui conferências, palestras e debates com especialistas no assunto, entre eles, magistrados, promotores e professores.

A proposta do seminário é capacitar magistrados federais, demais membros do Poder Judiciário, promotores, procuradores da República, professores universitários, advogados, servidores, estudantes de Direito, entre outros interessados no assunto. O evento pretende fornecer dados atuais e relevantes para quem trabalha com o tema, com análise e estudo de casos baseados na doutrina jurídica nacional e internacional.

O objetivo principal do evento cuja coordenação científica está a cargo da juíza federal Helena Elias Pinto é que, ao final do seminário, os participantes possam aplicar as informações discutidas sobre Direito do Consumidor aos serviços públicos e à atividade regulatória do Estado. De acordo com a justificativa do projeto do seminário, a própria Constituição prevê que os serviços públicos sejam prestados diretamente pelo Poder Público.

“O tema proposto perpassa a análise do conceito de serviço público, seguido da eficiência administrativa frente à inclusão, no Código de Defesa do Consumidor, dos serviços públicos e o alcance da prestação dos serviços essenciais para a sociedade, bem como o devido controle e regulação por meio de agências reguladoras”, diz o projeto.

## **Programação**

A conferência de abertura do evento está prevista para 18h30 do dia 25 de setembro. O conselheiro do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e desembargador do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2), Guilherme Calmon, vai falar sobre as polêmicas que envolvem o transporte aéreo e o direito da regulação.

No dia seguinte, as palestras e debates iniciam às 9h. Entre os temas, estão: A tutela do direito de informação e a proteção do consumidor de serviços; Poder regulador e hermenêutica administrativa; Agências reguladoras e mecanismos de controle; Atividade Regulatória da ANP à luz da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ); entre outros assuntos.

O último dia do evento, 27 de setembro, começa com a palestra do professor da Universidade de Brasília (UnB), Alexandre Veronese, sobre a regulação na área de telecomunicações. Já o painel de encerramento abordará a lei de defesa do usuário de serviço público. O tema será discutido pelo conselheiro Guilherme Calmon; pelo professor adjunto da Universidade do Rio Grande do Sul, Bruno Miragem; pelo secretário geral da OAB, Cláudio Pereira de Souza Neto; e pela diretora do Instituto Brasileiro de Política e Direito do Consumidor, Fabiana Barletta.

## **Inscrições**

Os interessados em participar podem se inscrever até o dia 19 de setembro, pelo site do CJF ([www.cjf.jus.br](http://www.cjf.jus.br)). São 140 vagas destinadas a magistrados federais, promotores, procuradores da República, professores universitários, advogados, servidores do Judiciário e estudantes de Direito. Para receber certificado, o participante deve ter, no mínimo, 80% de frequência. Além disso, será realizada uma avaliação, que fornecerá subsídios para o aperfeiçoamento dos próximos eventos.

Confira a programação do seminário na página [www.cjf.jus.br/cjf/eventos/agencias-reguladoras](http://www.cjf.jus.br/cjf/eventos/agencias-reguladoras). Para outras informações, entre em contato pelo e-mail [eventos@cjf.jus.br](mailto:eventos@cjf.jus.br).

*\*Assessoria de Comunicação Social do CJF*

# **CJF debate a execução da estratégia da Justiça Federal\***

Os integrantes do Comitê Gestor de Planejamento Estratégico da Justiça Federal, em reunião realizada na sede do Conselho da Justiça Federal (CJF) em Brasília, se depararam com uma pauta desafiadora para debater. Logo no primeiro item, sobre a estrutura de governança do Planejamento Estratégico, foi proposta a alteração da Resolução 069/CJF, que dispõe sobre as diretrizes básicas para a elaboração e gestão do Planejamento Estratégico da Justiça Federal.

A principal mudança na Resolução é a modificação na estrutura do Comitê Gestor, que passa a ser composto por um magistrado da Corregedoria-Geral, e um de cada Tribunal Regional Federal, além da Secretária-Geral do CJF. Será alterada também a representação de cada um no Comitê Gestor Nacional - CNJ, que se dará em sistema de rodízio. A 3ª Região foi escolhida para iniciar a participação, sendo substituída, após um ano de mandato, pela região com a numeração seguinte, no caso, a 4ª Região.

Outro assunto da pauta foi a apresentação da “cesta de metas” do Judiciário para 2014. A meta 1 nacional para 2014 ficou com a seguinte redação: julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos em 2014.

A meta 2 nacional estabeleceu que devem ser julgados até 31/12/2014, 100% dos processos distribuídos até 2008 no 1º e 2º graus da Justiça Federal, e até 2010, nos Juizados Especiais Federais (JEFs).

Essas metas visam assegurar o julgamento de todos os processos que ingressam no ano e eliminar o estoque de processos dos anos anteriores, o que, na prática, significa a determinação para se julgar cada vez mais.

A meta 3 foi amplamente debatida e o consenso é que se deve reduzir até 31/12/2014, em pelo menos 10%, o acervo de processos na fase de cumprimento ou de execução de sentenças, existentes em 31/12/2013. Segundo a juíza auxiliar da Corregedoria-Geral, Camila Plentz Konrath, a reunião foi produtiva. “Avaliamos os resultados das metas do ano passado, o que foi cumprido, o que não foi, porque foi e porque não foi e, a partir dessa avaliação, é que formatamos as metas que vamos levar para o ano que vem. A Justiça Federal tem um excelente nível de cumprimento das metas. A gente tá sempre tentando melhorar. Hoje não se discute mais níveis quantitativos de metas, mas qualitativos, indicadores que demonstrem não só se o processo está sendo julgado, mas se estamos terminando bem com o processo”, afirmou.

Uma questão que foi levada à discussão foram os indicadores com desempenho crítico do Planejamento Estratégico 2010-2014. Verificou-se que a taxa de nomeação dos cargos vagos de magistrados, cuja meta é de 100%, não foi alcançada. Para a juíza Camila Plentz Konrath, esse é um dos pontos mais críticos. “A Justiça Federal tem recebido muitos processos e, a cada ano, recebe mais. Ou seja, a gente vê que existe um déficit de varas e de juízes em praticamente todas as regiões.

Elas têm problemas de nomeação de juízes, fazem concurso, mas não conseguem prover as vagas”, relatou. Ainda para a magistrada, em oposição a essa demanda crescente, existe um desinteresse crescente também dos concursandos pela carreira. “A magistratura federal é piso de todas as outras, como por exemplo, em relação à magistratura estadual e ao ministério público. Isso está trazendo problemas de estrutura para cumprir metas, o nosso problema hoje para cumprir metas é a falta de juízes”, destacou.

## CNJ divulga campanha da Semana Nacional de Conciliação 2013\*



O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) divulgou, na última terça-feira (17/9), o cartaz que será usado na Campanha de Conciliação de 2013. Com o slogan “Quem concilia sempre sai ganhando”, a peça traz a imagem de um aperto de mãos para ilustrar a ideia de acordo entre as partes, objetivo final de toda conciliação.

O cartaz traz ainda o texto “Eu concilio. Você concilia. Nós ganhamos.”, para mostrar que uma conciliação beneficia as duas partes envolvidas na disputa. A campanha foi desenvolvida pela Coordenadoria de Comunicação Institucional do CNJ, órgão da Secretaria de Comunicação Social.

Na próxima terça-feira (24/9), serão disponibilizados na Página da Conciliação (<http://www.cnj.jus.br/conciliacao>) os arquivos do cartaz da campanha e das peças para Internet, revistas e jornais. O material poderá ser baixado e utilizado pelos tribunais e por parceiros do CNJ na divulgação da Semana Nacional de Conciliação, que este ano ocorrerá no período de 2 a 6 de dezembro. No endereço também estão disponíveis os contatos de todos os Núcleos de Conciliação na Justiça Estadual, do Trabalho e Federal.

A Semana Nacional de Conciliação consiste na seleção dos processos com possibilidade de acordo e na intimação das partes para que elas solucionem seus conflitos de forma pacífica. A campanha tem a participação de todos os tribunais brasileiros, nos ramos federal, estadual e trabalhista.

Desde 2006, quando foi realizada a primeira edição da Semana Nacional de Conciliação, foram realizadas 1.944.949 audiências e homologados 916.916 acordos.

\*Fonte: Agência CNJ de Notícias